

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Um balanço negro

• Uma coisa todo parlamentar sabe contar na ponta da língua: como está a situação econômica da sua região. Mesmo os senadores mais apagados ou os mais invisíveis frades do baixo clero, desses a quem se tem de perguntar como é mesmo o seu nome, são capazes de dar informações exatas e confiáveis. Alguns, experientes e informados, fazem análises mais amplas, abrangendo os seus estados. A maioria está apavorada com a recessão.

Ibrahim Abi-Ackel, deputado há 20 anos pela Zona da Mata, próspera região cafeeira de Minas, diz que nem mesmo as prefeituras da sua região conseguirão pagar em dezembro o décimo-terceiro salário dos seus funcionários. E não é por terem contratado mais que o necessário. É por falta de dinheiro mesmo. A arrecadação do ISS e do IPTU, que são os impostos básicos das prefeituras, caiu. A parcela que a cada um cabe do Fundo de Participação de Estados e Municípios não só diminuiu em razão da queda da arrecadação, como foi também subdividida pela passagem indiscriminada de distritos a municípios. Minas é o estado que tem maior número de municípios, 847 no total, e calcula-se que mais de 60% não conseguirão chegar ao fim do ano com as folhas de pagamento em dia. O Governo estadual terá dificuldades para cumprir os seus compromissos, apesar da austeridade com que é administrado.

Welson Gasparini, prefeito de Ribeirão Preto por três vezes e presidente da Associação Nacional de Municípios, conta histórias semelhantes. Apesar da sua região estar no coração da chamada Califórnia Paulista, a terra onde corre leite e mel, diz que há prefeituras com as suas folhas de pagamentos atrasadas vários meses e que, portanto, atrasarão também o décimo-terceiro. Cita o exemplo de Cravinhos, onde o funcionalismo, revoltado, atacou a Prefeitura. Diz:

— Parte da culpa pela situação de penúria das prefeituras se deve aos ex-prefeitos. Muitos deles gastaram no último ano de seus mandatos o que tinham e o que não tinham, deixando uma enormidade de contas penduradas para os seus sucessores pagar. Isso é parte da cultura política nacional, mas não vem de agora e, pelo menos em São Paulo, os novos prefeitos sempre conseguiam acertar as suas contas no segundo ano do mandato. Mas a outra parte do rombo, que é a maior, é provocada pela recessão e pelas taxas de juros. Há prefeituras que tomaram dinheiro emprestado como adiantamentos de arrecadação e estão tendo de pagar juros de 8% ao mês. Quem é que aguenta isto?

Gasparini não tem dados exatos, mas acha que no mínimo dois mil dos pouco mais de cinco mil municípios brasileiros estão literalmente quebrados e os que ainda não quebraram estão quase se afogando.

Comenta:

— O Governo federal negociou com os estados e reescalou por 30 anos as dívidas que tinham. O ministro Malan diz que não dá para fazer a mesma coisa com mais de cinco mil municípios. Até dá para entender, mas alguma coisa terá de ser feita, porque é nos municípios que o povo mora.

O IBGE divulgou a sua pesquisa mensal sobre desemprego: é o maior dos últimos 19 meses e a tendência é crescer, segundo o próprio ministro do Trabalho, Paulo Paiva. Luiz Antônio Medeiros diz que o Proger não gera empregos em São Paulo, só no Nordeste. É que o Banco do Brasil, seu agente financeiro local, não se interessaria em repassar os fundos do FAT, enquanto o Banco do Nordeste está fazendo direito o seu dever de casa.

Nem só de queixas vivem os parlamentares. Há também os que pensam em soluções e fazem sugestões para minorar os problemas trazidos pela globalização e pela recessão.

O cearense Paulo Lustosa, por exemplo, apresentou o projeto que facilita a troca de carros velhos por novos, mediante a redução de impostos federais e estaduais e da margem de lucro das montadoras. Embora não tenha ainda sido aprovado, o projeto está em estudos no Ministério da Indústria e Comércio. O ministro Dornelles consultou algumas empresas e espera os resultados.

Lustosa sugere, ainda, que pelo menos 20% das compras governamentais sejam feitas em pequenas e médias empresas. O Ceará já teve um projeto assim, que estava dando excelentes resultados, até ser considerado ilegal pelo Tribunal de Contas. Outras sugestões: usar 20% do FAT para habitações populares, implantar imediatamente o programa de renda mínima aprovado pelo Congresso; criar um regime especial para o setor informal; implantar um seguro de renda para as populações das áreas atingidas por calamidades, como secas e enchentes e ampliar os programas de treinamento de mão de obra. O que Lustosa não especifica são as fontes de recursos para bancar as suas idéias.

Enquanto isto, vota-se como nunca. A Lei Pelé foi, finalmente, aprovada na Câmara. Nunca uma boa idéia foi saudada por tantos palavrões. O vocabulário do deputado vascaíno Eurico Miranda parece ser inesgotável.